

2024, um marco histórico na energia em Portugal



Agência para a Energia

António Almeida

Técnico Especialista na Direção de Formação, Informação e Educação

ADENE – Agência para a Energia

Tel: +351 214 722 800
geral@adene.pt
www.adene.pt

Quais os fatores que tornaram possível alcançar este marco histórico tão importante para o setor energético nacional?

O Balanço Energético Sintético relativo ao ano 2024 foi publicado em junho pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), no qual se destaca um dado particularmente importante – a **dependência energética** do país face ao exterior registou o valor mais baixo de sempre (64,1%) e inferior à meta de 65% estabelecida no PNEC¹.

Necessidades energéticas

Os recursos energéticos endógenos de Portugal são quase na sua totalidade de origem renovável, com base no aproveitamento solar, vento, água e biomassa. Contudo, a capacidade de produção destas fontes de energia não é suficiente para suprir as necessidades energéticas do país, por isso recorremos às importações de combustíveis fósseis, nomeadamente do petróleo, gás natural e carvão. Esta última fonte é praticamente inexistente devido ao encerramento das centrais termoelétricas para a produção de eletricidade.

Durante décadas, a economia nacional assentou num grande consumo de combustíveis fósseis, gerando maior dependência energética e elevadas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) – estávamos na era da “economia carbonizada”. Em 2005, Portugal atingiu o valor máximo da dependência energética (88,8%) desde que há registo. Passados dezanove anos, alcançou-se o valor mínimo (64,1%), uma queda de 24,7 p.p.

Evolução da dependência energética

Trajetória da dependência energética nos últimos 6 anos (Figura 1).

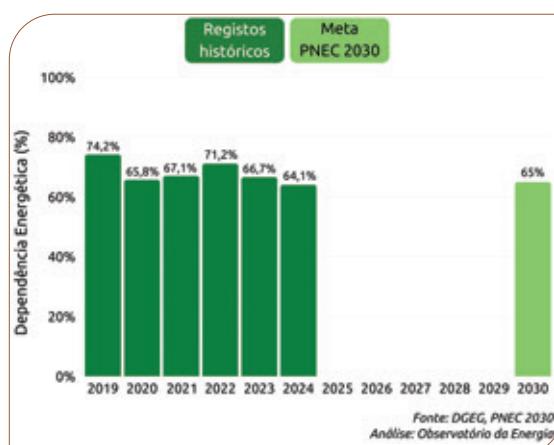


Figura 1. Dependência energética [2019 - 2024].

¹ Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

No ano da pandemia (2020), Portugal atingiu o valor mais baixo da dependência energética até à data, como resultado da paralisação de quase toda a atividade económica. A questão colocada era saber qual seria o comportamento deste indicador com a recuperação/retoma gradual da economia. Voltaríamos a ter valores da dependência energética idênticos aos registados antes da pandemia, ou conseguiríamos manter, e desejavelmente diminuir, o registo record alcançado em 2020, mas num contexto de economia normalizada?

Os dados são esclarecedores. Com a retoma da economia e até 2022, confirmou-se o pior cenário, o crescimento contínuo da dependência energética. Contudo, a partir desse ano até à atualidade, registou-se uma diminuição notável na trajetória da dependência energética, com uma redução 7,1 p.p. em dois anos.

O que contribuiu para a redução da dependência energética

Portugal continua a depender das importações de petróleo e de gás natural. Então, o que ocorreu?

Na Tabela 1 encontram-se os valores das importações, exportações e saldo importador relativos a 2020 e 2024 para os combustíveis previamente citados, e o total agregado.

unidade: ktep	2020	2024	variação 2020-2024
Petróleo e derivados	Importações	14 761	15 569
	Exportações	5 290	5 012
	Saldo importador	9 470	10 557
Gás natural	Importações	5 168	3 126
	Exportações		
	Saldo importador	5 168	3 126
TOTAL	Importações	19 928	18 695
	Exportações	5 290	5 012
	Saldo importador	14 638	13 683

Tabela 1. Saldo importador de produtos energéticos.

No que respeita ao petróleo e derivados, o saldo importador agravou-se significativamente face a 2020 (+11,5%). Dado que grande parte dos produtos petrolíferos são destinados ao setor dos transportes, sobretudo ao rodoviário, o mais afetado na pandemia devido às fortes restrições à circulação, num contexto de relançamento e de normalização da atividade económica, o agravamento era expectável.

Este setor, em particular na sua componente rodoviária, continua a ser crítico, mantendo-se elevado o nível de importações e consequentes dificuldades de descarbonização.

Quanto ao gás natural, os dados são claros. Houve uma redução de 39,5% nas importações, o que significa que foi este o combustível que mais contribuiu para a redução da dependência energética de Portugal, atenuando, e muito, o impacto negativo do saldo importador dos produtos de petróleo e derivados. O seu efeito no cumulativo dos dois produtos